XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 6 – Informação, Educação e Trabalho

LEITURA NA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O DIGITAL

READING IN THE UNIVERSITY LIBRARY: A CRITICAL LOOK AT THE DIGITAL

Carina Volotão – Universidade Federal Fluminense (UFF)
Amanda Salomão – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Fluminense (UFF)
Geisa Meirelles Drumond – Universidade Federal Fluminense (UFF)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: O uso intensivo das tecnologias digitais é cada vez mais comum, desde o trabalho, educação e lazer. Diante dessa popularização e da rapidez com que novas tecnologias são desenvolvidas, faz-se necessário um olhar crítico sobre sua utilização, principalmente no ensino superior público. Esse estudo, de caráter ensaístico, tem como objetivo discutir sobre as ações de leitura articuladas por bibliotecas universitárias públicas brasileiras como instrumentos potenciais de desenvolvimento de reflexões críticas sobre o uso e funcionamento de ferramentas digitais disponibilizadas por empresas privadas de tecnologia. No plano teórico-metodológico, a proposta, de abordagem qualitativa e do tipo descritiva, adota uma perspectiva teórica com foco na triangulação entre a investigação sobre a leitura nos estudos epistemológico-históricos em Biblioteconomia e Ciência da Informação, a prática bibliotecária e as tecnologias digitais. Nos resultados, compreende-se que as bibliotecas e, em específico, as universitárias, são locais capazes de oferecer possibilidades de desenvolvimento de ações de leitura que fomentam o pensamento crítico, assim como a troca e o debate de ideias. Por fim, sugere-se que não é necessário abdicar dos benefícios das tecnologias de informação digitais - tampouco condenar a tecnologia -, mas sim refletir de forma crítica sobre seu uso no cotidiano e nos espaços universitários e quais os reais interesses das empresas por trás delas.

Palavras-chave: prática bibliotecária; ações de leitura; pensamento crítico; biblioteca universitária; tecnologias digitais.

Abstract: The intensive use of digital technologies is increasingly common, from work to education and leisure. Given this popularization and the speed with which new technologies are developed, a critical look at their use is necessary, especially in public higher education. This paper, of an essayistic nature, aims to discuss the reading actions articulated by Brazilian public university libraries as a potential instruments for developing critical reflections on the use and operation of digital tools made available by private technology companies. At the theoretical and methodological level, the proposal, with a qualitative and descriptive approach, adopts a theoretical background focused on the triangulation between the investigation of reading in Library and Information Science historical epistemology, the Librarianship practice and digital technologies. The results show that libraries, and university libraries

in particular, are places capable of offering possibilities for developing actions that encourage the critical thinking, as well as the exchange and debate of ideas. In conclusion, this study suggests that it is not necessary to give up the benefits of digital information technologies - nor to condemn technology - but rather to reflect critically on their use in everyday life and in the university spaces and the real interests of the companies behind them.

Keywords: Librarianship practice; reading initiatives; critical thinking; university library; digital technology.

1 INTRODUÇÃO

Em novembro de 1981, na ocasião de uma palestra dada na abertura do Congresso Brasileiro de Leitura, transcorrido em Campinas, São Paulo, o filósofo e educador brasileiro Paulo Freire (2011) colocaria a leitura diante de uma posição crítica, social e política, reconhecendo este ato como forma de transformação das condições de vida desiguais impostas a determinados grupos sociais (em sua maioria, as classes populares): "Esta 'leitura' mais crítica da 'leitura' anterior menos crítica do mundo possibilitava aos grupos populares, às vezes em posição fatalista em face das injustiças, uma compreensão diferente da sua indigência" (Freire, 2011, p. 31). No ano seguinte, em 1982, no contexto do XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, transcorrido em João Pessoa, o autor continuaria, apontando que a compreensão crítica da alfabetização e, por sua vez, da própria leitura, envolve, antes, a compreensão crítica da biblioteca. Em nosso entendimento, significa entender a biblioteca em seu papel social, ou seja, no seu sentido mais amplo, como um espaço de transformação a partir das atividades técnicas, intelectuais e culturais desenvolvidas em seu *locus* - em um de seus desdobramentos, sobretudo nas bibliotecas universitárias, a partir de propostas de ações de leitura voltadas para a aproximação entre usuários e as condições de exercício crítico sobre o mundo que nos rodeia.

No enfoque aqui trabalhado, este olhar se volta para um ambiente social atravessado, em muitos contextos, pelo uso das tecnologias digitais que, não raro, parece preceder a leitura da palavra e, em uma instância ainda mais ampla, do próprio mundo, para recorrermos à filosofia freiriana. Procuramos esses canais para nos informar, nos distrair, interagir com familiares e colegas, para o trabalho, a educação e, ainda, para expressar e compartilhar diferentes visões e relações com o mundo - influenciadas e que ao mesmo tempo influenciam os ambientes digitais. Além disso, a utilização intensa da *internet* em nosso dia a dia, a

necessidade constante do uso dela para acessar serviços, trabalhar e até estudar, acaba não só por criar cenários de desigualdade entre quem possui e não possui condições de acesso e manuseio, como também, de certa forma, ocasiona uma restrição - quando não exclusão - daqueles que por algum motivo não podem ou não sabem utilizar os meios digitais, nem compreendem criticamente as estruturas que circunscrevem sua produção, circulação e funcionamento.

No âmbito educacional, por exemplo, sobretudo com o avanço da pandemia de Covid-19 no Brasil, a partir de março de 2020, e a suspensão de atividades presenciais frente à necessidade de isolamento social, foi possível observar discussões e iniciativas propostas para a continuidade de parte das atividades acadêmicas - aquelas que, anteriormente, se davam quase sempre de maneira presencial, mas que poderiam ser realizadas à distância - através do uso de tecnologias digitais de informação e comunicação, conforme apontado pelos estudos de Cunha, Silva e Silva (2020) e Mazzeto (2022).

Nesse contexto, empresas privadas de tecnologia digital, entre elas a *Google* e a *Microsoft*, começaram a se tornar cada vez mais presentes na realidade social, sobretudo na educação pública federal e, em nosso recorte, nas universidades públicas brasileiras. Desse cenário, evidenciou-se a disponibilização de diferentes ferramentas, recursos e serviços de auxílio às atividades educacionais e acadêmicas de forma aparentemente "gratuita", como o *Microsoft Teams* e os diferentes produtos da *Google,* como o *Drive, o Classroom e o Meet* - o que, sem dúvida, foi essencial para que as instituições de ensino pudessem, mesmo diante das dificuldades financeiras, sanitárias e infraestruturais, dar continuidade às suas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

No entanto, apesar da facilidade oferecida por essas plataformas, como condição para seu funcionamento, o uso dessas ferramentas e serviços implica a permissão de acesso a dados comportamentais extraídos dos aplicativos educacionais e, dentre esses dados, informações de rendimento escolar dos discentes, comunicações institucionais e dados de pesquisas (Mian, 2021). Diante de um cenário ancorado em uma racionalidade neoliberal, é possível observar que, ao longo dos últimos anos, especialmente no período demarcado pela pandemia de Covid-19, não raro universidades federais brasileiras têm disposto da incorporação de tecnologias digitais educacionais provenientes de empresas privadas em suas rotinas operacionais.

Assim, em um sentido amplo, tendo em vista a presença das plataformas digitais na vida cotidiana e acadêmica, bem como as inquietações despertadas pelo acesso aos dados pessoais proveniente do uso, por parte das universidades públicas e sua comunidade, de ferramentas digitais disponibilizadas por empresas privadas de tecnologia, esta proposta, de fundo ensaístico, tem como objetivo pensar e discutir as ações de leitura promovidas por bibliotecas universitárias públicas brasileiras a partir de suas potencialidades para o desenvolvimento de reflexões críticas.

Desse modo, ressalta-se a necessidade de reflexão sobre a dessensibilização da presença do digital na vida cotidiana, assim como os desdobramentos que envolvem a utilização de diversos serviços e produtos ofertados por grandes empresas de tecnologia, com foco nas possibilidades de desenvolvimento de um olhar crítico através da proposta de realização de ações de leitura em bibliotecas universitárias públicas no país como instrumento potencial de prevenção e combate aos malefícios que se escondem por trás da operação e uso dessas ferramentas digitais.

A reflexão está dividida da seguinte forma: nesta introdução, apresentamos o contexto de inquietações que nos levaram à temática abordada; em seguida, indicamos os contornos teórico-metodológicos que fundamentam esta reflexão; na seção seguinte, abordamos um referencial teórico formado, de início, por discussões sobre a presença das tecnologias digitais no cotidiano, com destaque para suas reverberações na educação superior brasileira; e, por outro, por estudos sobre a leitura sociocrítica na epistemologia histórica em Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI) e da compreensão de uma prática bibliotecária orientada por seu papel revolucionário social; na discussão dos resultados, propomos as ações de leitura no âmbito das bibliotecas públicas universitárias no Brasil como forma de estímulo ao desenvolvimento de reflexões críticas quanto ao uso e funcionamento das ferramentas disponibilizadas por empresas de tecnologia; nas considerações finais, sugerimos que não é necessário abdicar dos benefícios das tecnologias de informação digitais - tampouco condenar a tecnologia -, mas sim refletir de forma crítica sobre sua participação nas atividades acadêmicas e em nosso cotidiano como um todo.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

No plano teórico-metodológico, a proposta, de abordagem qualitativa e do tipo descritiva, está ancorada no método indutivo e adota uma perspectiva teórica com foco na triangulação entre a investigação sobre a leitura nos estudos epistemológico-históricos em BCI, a prática profissional bibliotecária (aqui, centralmente, o papel educacional exercido pela pessoa bibliotecária) e as tecnologias digitais e seus desdobramentos possivelmente excludentes e opressores no real.

Para a construção do referencial teórico que sustenta este estudo, partimos de uma pesquisa bibliográfica, de contornos sociocríticos, ancorada, de um lado, no enfoque sobre os impactos das tecnologias digitais na sociedade contemporânea, trazido principalmente pelas discussões de Evgeny Morozov (2018) e Safiya Noble (2021) e, por outro lado, no olhar específico para a educação superior brasileira e a utilização de ferramentas e serviços operacionalizados por grandes empresas de tecnologia dentro das universidades públicas, via perspectivas de Leonardo Cunha, Alcineia Silva e Aurênio Silva (2020), Leonardo Cruz e Jamila Venturini (2020) e Mariella Mian (2021). No que se refere às ações de leitura nos *loci* das bibliotecas universitárias, utilizamos os aportes de Nicolas Roubakine (1998) sobre a leitura crítica enquanto instrumento de transformação social, complementados pela noção de práxis bibliotecária de Maria das Graças Targino (1997) como fundamento de uma prática profissional diante de seu papel revolucionário social.

3 O DIGITAL E SUA PRESENÇA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: INTERESSES E REFLEXÕES

No contexto do regime de informação atual, demarcado pelas condicionantes impostas pelo sistema capitalista, de cunho neoliberal e no qual imperam relações e distribuições desiguais de poder econômico, político e social e comandado, em sua maioria, pela atuação de grandes empresas tecnológicas (como as já citadas *Google* e *Microsoft*) e seus modos de controle e dominação dos processos de conhecimento, podemos refletir que, ao mesmo tempo em que um maior avanço da conectividade e dos meios para o seu uso podem ser benéficos, sua operação por forças de estruturas de poder hegemônicas poderia desencadear cenários perigosos para a construção e vivência no real (Bezerra, 2019).

Nesse sentido, estaríamos diante de um regime de informação desenvolvido em um contexto capitalista, conforme Marco Schneider (2022), demarcado pelo avanço dos dispositivos digitais e relações desiguais de poder - sobretudo no que se refere à produção e acesso ao conhecimento diante da divisão de um mundo social entre quem detém e não detém as condições materiais e simbólicas de controlar os processos informacionais, estando esses últimos posicionados, em sua maioria, como receptores e não produtores desses conteúdos (Bezerra; Schneider; Saldanha, 2013). Estes seriam capazes de produzir e propagar discursos opressores e excludentes que dão conta de forjar uma noção da realidade tal como nos é dada e sob a qual o mundo social deveria se pautar - de acordo com valores dominantes e, fazendo crer, sem possibilidades de transformação de sua condição desigual.

Em diálogo com o campo biblioteconômico-informacional, com um olhar voltado para as atividades biblioteconômicas (notadamente, classificação, organização e representação da informação), Noble (2021) reforça essa concepção, afirmando que as tecnologias digitais de comunicação e informação, bem como os meios que as operam, apresentam questões não somente de ordem técnica, mas também e, principalmente, de caráter político.

Para a autora, em discussão desenvolvida a partir do entrelaçamento entre os estudos críticos em gênero, raça e informação, tais tecnologias digitais, junto aos algoritmos que dominam seu funcionamento, acabam por controlar dadas noções sobre os sujeitos sociais, influenciando e sendo influenciadas por práticas comerciais e publicitárias sustentadas por valores particulares. Quase sempre pouco ou nada transparentes, além de permeadas igualmente por determinados vieses ideológicos e sociais, Noble (2021) atenta para os potenciais entrevistos nessas tecnologias para o aprofundamento das injustiças sociais, afetando não apenas a representação de grupos sociais em situação de vulnerabilidade, como também a elaboração de políticas públicas e o debate público como um todo. Um aspecto interessante no trabalho de Noble (2021) está no enfoque na centralidade da prática bibliotecária como modo de orientar os processos informacionais e prevenir e combater os desdobramentos negativos repercutidos pela concentração das tecnologias digitais nas classes dominantes - em uma das possibilidades, pela via da conscientização crítica, tanto das pessoas usuárias quanto das pessoas bibliotecárias.

No horizonte amplo proposto neste estudo, com foco nas bibliotecas universitárias, consideramos que as universidades, sobretudo as públicas, são não apenas *loci* tradicionais de produção, circulação, mediação e apropriação de saberes e apoio ao ensino, pesquisa e

extensão - mesmo diante de um sucateamento sistemático (intencional, ao que tudo indica) - como também espaços de sociabilidade permeados por diferentes intersubjetividades, relações materiais e simbólicas e manifestações das formas de pensar e interagir com e na realidade social. Por esse motivo, partimos aqui do entendimento de que é necessário que, dentro desses ambientes - em sua inter-relação com as experiências desdobradas na e a partir dessas vivências -, sejam articuladas e empreendidas ações voltadas para o desenvolvimento de um pensamento crítico sobre o uso e funcionamento de tecnologias digitais, sobretudo aquelas que, atualmente, integram as dinâmicas acadêmicas e científicas.

Aqui, para além da necessidade expressa por Morozov (2018), Bezerra (2019), Mian (2021) e Noble (2021) acerca da regulação e elaboração de políticas públicas a respeito das ações e impactos de empresas privadas de tecnologia em diferentes esferas da sociedade (sobretudo a cultural, política e social) - discussão que não constitui o foco deste trabalho, mas que merece um olhar igualmente atento -, é preciso também pensar em modos para desenvolver nos indivíduos, pela via da leitura, reflexões que os possibilitem lidar com essas ferramentas de forma crítica, ética e responsável - tanto na vida cotidiana quanto acadêmica.

Partimos do entendimento de que o fomento a uma educação emancipadora e crítica, como coloca a filosofia do educador brasileiro Paulo Freire (2011), deve ser desenvolvida e incentivada ao longo da vida e acompanha, em um de seus horizontes, uma leitura crítica da palavra e do mundo. No cenário que mais nos toca diretamente (tanto por nos aproximar de nossas vivências, como de nossa prática profissional, ambas inseridas e atingidas por esses fenômenos), sobressaem indagações ancoradas na práxis bibliotecária - para nós aqui, na forma de ações de leitura - no âmbito das bibliotecas públicas universitárias como estratégia de fomento à utilização dessas tecnologias de maneira reflexiva, crítica e responsável, de modo a extrapolar os muros das universidades e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4 LEITURA E PRÁXIS BIBLIOTECÁRIA: POR UMA CRÍTICA *NA*, *DA* E *PARA* A REALIDADE

Em prefácio elaborado para a obra "Leitor e leitura em Ciência da Informação: diálogos, fundamentos, perspectivas", organizado pela pesquisadora Lígia Dumont em 2020, Roger Chartier (2020, p. 11) destaca a centralidade das discussões sobre os atos de ler, posicionando essa experiência como instrumento decisivo para um exercício crítico em meio

às “leituras aceleradas e crédulas” - do artefato informacional e, em sentido amplo, para recorrermos a Freire (2011), do mundo -, multiplicadas pelas tecnologias digitais de informação e comunicação, bem como as manipulações de opiniões públicas mediadas e manifestadas pelas mesmas tecnologias que governam os ambientes digitais e operam, quase sempre, a serviço de interesses dominantes (Saldanha; Salomão, 2021).

A leitura, em seu sentido amplo, pode ser concebida como uma experiência inserida em relações dialógicas entre indivíduo, texto e contexto, implicando não somente a decodificação de signos linguísticos, como também a interação entre o sujeito, ser social, e o mundo que o rodeia, e influenciando na maneira que apropria saberes daquilo que é lido e aplica esses mesmos saberes em suas vivências (Dumont, 2020). Desse modo, no horizonte desvelado por Chartier (2020), podemos sugerir que as lentes abertas pelas discussões sobre a leitura em Ciência da Informação oferecem diferentes possibilidades de abordagens no próprio fazer profissional do campo para pensar formas de resistência e enfrentamento aos fenômenos negativos repercutidos pela concentração das tecnologias, sobretudo aquelas que gerenciam as atividades educacionais, em estruturas hegemônicas de poder.

Na visão de Sonia Gomes (1982), as bibliotecas, em sentido amplo, estão circunscritas em uma dada estrutura social que segue determinados padrões e valores culturais, não sendo possível pensá-la sem pensar em seus construtos sociais. A filosofia de Freire (2011) partilha dessa concepção, apontando para esses espaços como ambientes privilegiados para uma compreensão crítica do artefato lido segundo suas relações com o contexto no qual se insere. De igual maneira, a interpretação teórico-crítica de Targino (1997) sob o olhar marxiano da pessoa bibliotecária como agente social desvela um movimento de práxis profissional entrevista no próprio fazer epistemológico-histórico do campo, ou seja, uma fundamentação praxiológica orientada por e para a experiência bibliotecária como potencial de transformação do mundo (Salomão; Saldanha, 2023).

Em nosso entendimento, partindo das noções evocadas pelas autorias acima, as bibliotecas universitárias, sobretudo as que atendem às instituições públicas, enquanto *loci* tradicionais de produção, circulação, mediação e apropriação de saberes e para além do desenvolvimento e suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades nas quais se encontram vinculadas, podem estar no centro do enfrentamento aos possíveis usos mal-intencionados do conhecimento registrado e seus impactos no real, vislumbrado, por exemplo, a partir de ações de leitura nesses espaços que propõem o entendimento acerca

dos mecanismos que operam por trás das tecnologias digitais que predominam atualmente tanto nas atividades pessoais como nas educacionais e acadêmicas.

Essa perspectiva praxiológica, conforme Amanda Salomão e Gustavo Saldanha (2023), encontra na teoria do russo Nicolas Roubakine (Nikolai Rubakin, 1862-1946) uma de suas principais influências. Entre as últimas décadas do século XIX e o início do XX, no seio da opressão na Rússia czarista e dos acontecimentos que desencadeariam, anos depois, na Revolução Russa de 1917, Roubakine, bibliotecário, teórico, bibliógrafo, propagandista e popularizador da ciência, envolveu-se em movimentos estudantis e sociais considerados ilegais, sendo perseguido e preso pela polícia imperial e exilando para a Suíça em 1907, onde deu continuidade aos seus estudos por e para a libertação das massas russas oprimidas.

A partir do que desenvolveu como Bibliopsicologia ou Psicologia Bibliológica entre as décadas de 1880 e 1920, ciência da leitura voltada para as relações mentais entre autoria, livro (tudo aquilo que pode ser lido) e pessoa leitora diante de um contexto sócio-histórico, o teórico já apontaria para as lutas contra as tentativas de controle e manipulação do conhecimento registrado por parte das classes dominantes via acesso ao livro e à leitura, instrução popular e atuação de bibliotecas e pessoas bibliotecárias (Roubakine, 1998). Ao longo de toda sua atuação como bibliotecário e de seus estudos teórico-empíricos sobre a leitura e o sujeito leitor, as bibliotecas são tomadas como centros de educação e cultura, e o trabalho bibliotecário, por sua vez, fundado em uma práxis, tal como colocado por Targino (1997), comprometida com os acontecimentos históricos e sociais de seu tempo: as bibliotecas deveriam possuir uma estrutura democrática capaz de atender quem mais precisa dela - em seu enfoque, as pessoas mais afetadas e que mais sofrem diante das desigualdades impostas pelo sistema capitalista (Rubakin; Bethmann, 1968).

Em outras palavras, toda a trajetória teórico-empírica dos estudos roubakinianos sobre a leitura nos sugere que as bibliotecas, em sentido amplo, e a práxis bibliotecária, em específico, ambas ancoradas em um espaço-tempo determinado por condicionantes sociais, históricas e políticas, atuam enquanto mediadoras das relações entre livros, sujeitos e saberes (Rubakin; Bethmann, 1968). Desse modo, representam armas da sociedade capazes de atuar em ações de conscientização crítica de grupos sociais - para nós, pela via das ações de leitura - acerca tanto das relações de poder em desequilíbrio que condicionam o real e, no ponto que nos interessa aqui, para a reflexão e avaliação dos mecanismos tecnológicos que integram os regimes de informação atuais e suas vivências no real.

Especialmente no que se refere às bibliotecas universitárias, poderia despertar, a partir da própria práxis profissional que envolve suas atividades e seus atores, elementos para vivenciar e (re)pensar o mundo, de forma a atuar diretamente no exercício da cidadania e na luta pela transformação social (Targino, 1997). Se pensarmos nas ações de leitura, emergem, dentre uma de suas possibilidades, incentivo a uma leitura crítica daquilo que é ofertado, acessado e consumido tanto nesses espaços como fora deles.

Além disso, sobressaem igualmente nesses *loci* possibilidades de experiências compartilhadas de leitura (rodas, círculos e clubes de leitura, por exemplo) voltadas para discussões que contribuem para uma reflexão e leitura críticas da palavra e do real, tal como intentara Roubakine (1998) na Rússia czarista, ao criar, nas bibliotecas administradas por ele, um espaço de encontros, debates culturais, políticos e sociais para as camadas populares (Senn, 1977); e, décadas depois, em meados do século XX, trabalhada na filosofia de Paulo Freire (2011) a partir de sua concepção crítico-democrática da biblioteca popular e das atividades coletivas de leitura aí desenvolvidas que buscam um adentramento crítico nos textos lidos e sua significação perante a realidade ao redor, bem como proporcionar uma experiência simbólica fundada nas realidades intersubjetivas de seus atores.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No pensamento de Paulo Freire (2011, p. 20), "linguagem e realidade se prendem dinamicamente". Alinhado ao horizonte biblioteconômico-informacional, poderíamos dizer que pensar a prática bibliotecária (ou práxis bibliotecária, conforme Targino (1997)) é pensar, antes, em seu contexto de existência, ou seja, em toda a estrutura social, política, cultural e econômica que demarca sua atuação em um dado espaço-tempo (Gomes, 1982). De igual maneira, os atos de leitura, seguindo as teorias roubakiniana e freiriana, encontram-se circunscritos no real, sendo a apropriação e uso daquilo que é lido resultado de condicionantes internas e externas a quem lê, ou seja, de seu contexto, as quais decorrem, por sua vez, de vivências subjetivas e intersubjetivas que impactam e são impactadas na interação com o mundo e, de modo específico, com as tecnologias digitais.

Uma vez que a tecnologia digital está presente em nosso cotidiano, não podemos excluí-la das discussões que se originam dentro das universidades, e muito menos das bibliotecas universitárias. Pelo contrário, os diversos avanços tecnológicos e o

compartilhamento célere de informações proporcionados pela *internet* são de extrema importância para o desenvolvimento da ciência. Cabe então reconhecer que o ambiente em que estamos inseridos é perpetuado por tecnologias, nem sempre acessíveis a todos os membros da sociedade, e que é possível utilizá-las de forma reflexiva e crítica.

Focando na biblioteca universitária pública, esta é compreendida como um espaço de aprendizagem, dinâmico, e "de difusão, apropriação e construção de conhecimento" (CFB, 2021, p. 1), de modo a constituir um local propício para o desenvolvimento de ações educativas, seja para discutir assuntos atuais, realizar treinamentos e oficinas ou incentivar a leitura. Para Santos Neto e Almeida Júnior (2015, p. 371), as bibliotecas universitárias "[...] sempre buscaram atuar como órgãos dinâmicos, seja por natureza ou por necessidade". Assim, cabe aos profissionais que atuam nestes locais a missão ou desafio de criar um ambiente dinâmico, atrativo, capaz de proporcionar leitura, discussões, produção e compartilhamento de conhecimento, experiências e pontos de vista.

Desse modo, o papel do bibliotecário como educador é evidenciado, uma vez que, frente às novas exigências informacionais da sociedade, faz-se necessário repensar seu papel, assumindo uma postura proativa à frente de ações que podem contribuir para uma educação emancipatória e crítica (Okada; Alcará, 2021). Para o profissional, a diversidade dos locais em que pode atuar promove uma reflexão sobre "[...] novas perspectivas e formas da multiplicação de saberes em relação às habilidades que cada um já possui ou desenvolve no decorrer de sua atuação" (Okada; Alcará, 2021, p. 787). Portanto, mais que tratar e garantir a salvaguarda dos livros, mais que organizar e disseminar as informações, cabe também ao bibliotecário planejar, promover, e implementar ações que objetivam incentivar a leitura.

Segundo o "Manifesto Político sobre Competência em Informação – 2022 – Bibliotecário: profissional luz", publicado pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), cabe ao bibliotecário "Estruturar serviços informacionais pautados em questões éticas e adotar uma pedagogia engajada que considere as estruturas sociais para promover uma educação libertadora e pensamento crítico" (FEBAB, 2022, p. 4), assim como promover atividades de leitura; rodas de conversa e organizar projetos de clube de leitura. Reforça-se, desta forma, não só o bibliotecário enquanto educador, mas também a capacidade desse profissional no sentido de "multiplicar suas habilidades informacionais e proporcionar a construção de novos saberes, a inclusão social e o protagonismo de sujeitos na sociedade" (Okada; Alcará, 2021, p. 788).

Para tanto, nos parece coerente a proposição de ações direcionadas ao fomento da leitura dentro da universidade, principalmente nas bibliotecas, uma vez que entendemos que está vinculada ao papel do bibliotecário como educador a promoção da consciência dos indivíduos através da capacitação informacional e do desenvolvimento cognitivo para auxiliar na construção de uma sociedade menos desigual (Okada; Alcará, 2021).

Sendo assim, propomos iniciativas possíveis de serem implementadas no âmbito das bibliotecas universitárias, mesmo diante das limitações desse tipo de instituição no que diz respeito à infraestrutura, recursos humanos e orçamentários. De maneira específica, sem o intuito de esgotar as possibilidades de ações de leitura a serem pensadas e realizadas, entendendo que esses espaços devem se adequar às realidades de sua atuação, podemos sugerir, em contato direto com a comunidade acadêmica, não apenas a inclusão no acervo - e a sensibilização do corpo docente para essa mesma inclusão em bibliografias de curso - de materiais que versam sobre a temática aqui abordada, como também iniciativas voltadas para a construção de clubes e círculos de leitura para o debate sobre o impacto dessas tecnologias digitais em nossas atividades cotidianas e acadêmicas. Além disso, pensar na realização de lançamentos de livros, palestras e rodas de conversa com pessoas docentes, pesquisadoras e outros membros da comunidade para a discussão sobre o uso e funcionamento dessas ferramentas, a importância de saber como elas tratam e utilizam os nossos dados, bem como a articulação de outras atividades de cunho literário e cultural que poderiam ser co-construídas dentro dessas bibliotecas.

Nesse mesmo contexto, também chamamos a atenção para a possibilidade de fazer uso das tecnologias digitais disponíveis para esses tipos de ação - considerando, mais uma vez, a realidade de cada biblioteca e de seus usuários reais e potenciais. Ao mesmo tempo que temos ciência da presença nem um pouco inofensiva das grandes empresas dentro das universidades, e da prestação de serviços de forma aparentemente “gratuita” - uma vez que coleta os dados de seus usuários -, não se trata de condenar a tecnologia, mas sim de sugerir o uso dessas ferramentas de uma forma, poderíamos arriscar talvez dizer, “subversiva”.

Aqui, junto às atividades presenciais propostas e em relação direta com a práxis bibliotecária vislumbrada no pensamento targiniano, é possível pensar no uso dessas mesmas tecnologias para a discussão e reflexão, por entre a comunidade usuária real e potencial das bibliotecas, de ideias e temas que buscam problematizar e questionar seu funcionamento e operacionalização, de modo a expandir o alcance desses debates para as vivências subjetivas

e intersubjetivas no real na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, tal qual proposto nas teorias da leitura de Roubakine (1998) e Freire (2011).

Alguns desses exemplos podem se dar a partir da realização de encontros, de forma síncrona, pelo *Google Meet* ou *Microsoft Teams*, ou de palestras e debates transmitidos ao vivo pela plataforma do *YouTube*, para a discussão de textos específicos ou temas e acontecimentos atuais que dialogam, direta ou indiretamente, com o impacto das tecnologias digitais na realidade social, permitindo a interação e participação de pessoas de diversos lugares. Assim, alinhado às atividades realizadas de forma presencial nos *loci* dessas bibliotecas, o uso das tecnologias digitais disponíveis pode vir a ser um incremento a essas ações que visam à promoção de debates, reflexões sobre a realidade e desenvolvimento de tomadas de consciência crítica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da ideia de que a *internet* possibilitaria uma democratização do acesso à informação, observamos um oligopólio, no qual acabamos reféns dos interesses mercadológicos de grandes empresas, como a *Microsoft* e a *Google*. A partir do momento que estas empresas adentram as instituições públicas de ensino superior - essenciais para o desenvolvimento econômico e social do país - com promessas de facilitar de forma gratuita e segura o desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão, é necessário questionar de onde viria toda essa boa vontade de empresas estrangeiras, dominantes do mercado tecnológico, dentro de um contexto social, econômico e político atravessado pelo sistema capitalista. A proposta, apesar de tentadora, necessita ser estudada por um viés crítico e atento por parte não só da gestão pública, mas também pelos indivíduos que compõem a sociedade.

As tecnologias encontram-se presentes em nosso cotidiano, mas acabamos por incorporá-las visando apenas sua utilidade, sem refletir de forma consciente sobre questões como privacidade, segurança e até impactos éticos. Com isto em vista, repensamos a função educativa da biblioteca e do bibliotecário, tal como apontado, na própria BCI, por todo o percurso roubakiniano no império czarista e pelo pensamento targiniano sobre a noção de práxis bibliotecária, em relação à promoção de ações que estimulam e desenvolvem a leitura de forma crítica para lidar com a presença do digital na realidade social.

Desse modo, não se trata de condenar a tecnologia, mas sim de construir formas de conscientização e enfrentamento aos mecanismos dominantes que a constituem, controlam e orientam seu uso e operação. É preciso pensarmos em ações coletivas que poderiam ser empreendidas para prevenir e combater os malefícios ocasionados e orquestrados por aqueles que dominam e se beneficiam de condições indevidas e mal-intencionadas das técnicas de produção e uso das tecnologias digitais no atual regime de informação.

Propomos neste trabalho o incentivo às ações de leitura nas bibliotecas universitárias como forma de fomentar o pensamento crítico, a troca, a reflexão e estimular uma visão questionadora diante não só das tecnologias, mas do mundo como um todo. Desta maneira, faz sentido que a leitura seja estimulada desde as séries iniciais e também compreendida como necessidade e possibilidade na universidade.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, A. C. Teoria crítica da informação: proposta teórico-metodológica de integração entre os conceitos de regime de informação e competência crítica em informação. *In*: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; PIMENTA, R. M.; SALDANHA, G. S. **iKritika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 15-72.

BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; SALDANHA, G. S. Ascensão e queda da utopia tecnoliberal: a dialética da liberdade sociotécnica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., Florianópolis, 2013. **Anais** […]. Florianópolis: ANCIB, 2013. p. 210-220. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/184823. Acesso em: 24 jun. 2024.

CHARTIER, R. Prefácio. *In*: DUMONT, L. M. M. (org.). **Leitor e leitura na Ciência da Informação**: diálogos, fundamentos, perspectivas. Belo Horizonte: ECI/UFMG, 2020. p. 9-11. Disponível em: https://biblio.eci.ufmg.br/ebooks/2020070001.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Resolução CFB nº 246, de 02 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas universitárias. Brasília: CFB, 2021. Disponível em: http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1378. Acesso em: 12 mar. 2024.

CRUZ, L. R.; VENTURINI, J. R. Neoliberalismo e crise: o avanço silencioso do capitalismo de vigilância na educação brasileira durante a pandemia do Covid-19. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, [*S. l.*], v. 28, p. 1060-1085, 2020. Disponível em: http://milanesa.ime.usp.br/rbie/index.php/rbie/article/view/v28p1060 . Acesso em: 10 jun. 2024.

CUNHA, L. F. F.; SILVA, A. S.; SILVA, A. P. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27-37, 2020. Disponível em: http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924. Acesso em: 03 jun. 2024.

DUMONT, L. M. M. Construtos próprios sobre leitura na Ciência da Informação. *In*: DUMONT, L. M. M. (org.). **Leitor e leitura na Ciência da Informação**: diálogos, fundamentos, perspectivas. Belo Horizonte: UFMG, 2020. p. 21-52. Disponível em: https://biblio.eci.ufmg.br/ebooks/2020070001.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES (FEBAB). **Manifesto político sobre competência em informação 2022**: bibliotecário profissional luz. [São Paulo]: FEBAB, 2022. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/items/show/6255. Acesso em: 01 jun. 2023.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GOMES, S. C. Biblioteca e sociedade: uma abordagem sociológica. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 14-21, 1982. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36404/28485. Acesso em: 24 jun. 2024.

MAZZETO, A. C. E. **Mediação e acesso à informação no contexto da pandemia da Covid-19**: o papel das bibliotecas da Universidade Federal Fluminense no apoio ao ensino remoto emergencial. 2022. 256 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: http://app.uff.br/riuff/handle/1/24876. Acesso em: 10 jun. 2024.

MIAN, M. B. Universidades federais brasileiras a serviço da lógica colonial de exploração de dados. *In*: CASSINO, J. F.; SOUZA, J.; SILVEIRA, S. A. (org.). **Colonialismo de dados**: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal. São Paulo: Autonomia Literária, 2021. p. 128-149.

MOROZOV, E. **Big tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu, 2018.

NOBLE, S. U. **Algoritmos da opressão**: como o Google fomenta e lucra com o racismo. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

OKADA, T. C. R.; ALCARÁ, A. R. O bibliotecário como educador e multiplicador da competência em informação. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 13, p. 786-807, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/36725. Acesso em: 24 mar. 2024.

ROUBAKINE, N. **Introduction à la psychologie bibliologique**. Paris: AIB, 1998.

RUBAKIN, N.; BETHMANN, M. The psychology of the public library. *In*: SIMSOVA, S. (ed.). **Nicholas Rubakin and bibliopsychology**. Hamden: Archon Books, 1968. p. 9-25.

SALDANHA, G. S.; SALOMÃO, A. Can we achieve diversity in digital literacy without a critical reflection on reading?: part 1: a new approach to adult literacy programs. **International Review of Information Ethics**, Alberta, v. 30, p. 1-11, 2021. Disponível em: https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/413. Acesso em: 24 jun. 2024.

SALOMÃO, A.; SALDANHA, G. S. A praxiologia de Roubakine: uma leitura epistemológico-crítica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracajú. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. p. 1-16. Disponível em: https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1426. Acesso em: 24 jun. 2024.

SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. A Competência em Informação e o bibliotecário mediador da informação na biblioteca universitária. *In*: BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G.; VALENTIM, M. L. P. **Redes de conhecimento e competência em informação**: interfaces da gestão, mediação e uso da informação. Rio de Janeiro: Interciência, 2015. p. 359-376.

SCHNEIDER, M. **A era da desinformação**: pós-verdade, fake news e outras armadilhas. Rio de Janeiro: Garamond, 2022.

SENN, A. E. **Nicholas Rubakin**: a life for books. Massachusetts: Oriental Research Partners, 1977.

TARGINO, M. G. Práxis bibliotecária. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 26-33, 1997. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/352. Acesso em: 24 jun. 2024.